

Exmos. Senhores,

A sustentabilidade ambiental é um dos pilares da política da União Europeia, consagrado no seu Tratado, com o objetivo de atingir um nível de proteção elevado, tendo em conta a diversidade das situações existentes nas diferentes regiões da União. Baseia-se nos princípios da precaução e da ação preventiva, da correção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente e do poluidor-pagador.

Impõe-se, assim, que se promovam práticas que assegurem a integração dessa dimensão assegurando em todas as políticas comunitárias, designadamente, nas várias fases de aplicação dos fundos estruturais:

- O considerando 22 do Regulamento (CE) nº 1083/2006 estabelece que as operações financiadas no âmbito dos Fundos Estruturais deverão ser coerentes com as outras políticas comunitárias e respeitar a legislação nacional e comunitária em vigor.
- O artigo 17º do mesmo Regulamento estatui que os objetivos dos Fundos são prosseguidos no quadro do desenvolvimento sustentável e da promoção, pela União Europeia, do objetivo de proteger e melhorar o ambiente.
- Por sua vez, a alínea k do artigo 21º do Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão determina que os beneficiários ficam obrigados a cumprir os normativos nacionais e comunitários, em particular em matéria de ambiente.

Neste contexto, constatando-se que poderiam existir algumas lacunas nas evidências de que as operações observavam a legislação aplicável em diversos domínios sensíveis para a sustentabilidade ambiental, a Autoridade de Gestão do Programa ON.2, tendo em conta um documento de trabalho elaborado pelo ex-Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR) e pela Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA), sistematizou um conjunto de verificações em matéria ambiental, organizadas nas seguintes áreas:

1. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE);
2. Avaliação de Impacte Ambiental (AIA);
3. Avaliação de Incidências Ambientais (AIncA)
4. Licenciamento Ambiental (Prevenção e Controlo Integrado da Poluição - PCIP);
5. Rede Natura 2000;
6. Ocupação Domínio Hídrico / Utilização dos Recursos Hídricos;
7. Gestão de Resíduos.

Estas normas deverão ser cumpridas pelos Beneficiários, sendo a sua verificação confirmada pela Autoridade de Gestão.

Para este efeito, deverá V. Exa. apresentar, a “FICHA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL” e respetivas evidências documentais (se aplicável):

- a) No caso de novas candidaturas, aquando da sua submissão ao Programa e nos termos que venham a ser definidos nos respetivos Avisos de abertura de Concurso;
- b) No caso de candidaturas já aprovadas/contratadas, aquando da apresentação do seu Relatório de Execução Final.

Esta Ficha será de apresentação obrigatória para todas as operações, nas situações acima identificadas, após a data desta comunicação (17/04/2014).

Esta obrigação não se aplica a eventuais ressubmissões, através do SIGON.2, de relatórios de execução finais formalmente apresentados antes dessa data (ex.: nova apresentação para substituir versão em papel ou para corrigir/acrescentar elementos).

Ainda neste âmbito, aproveitamos para informar que a legislação ambiental poderá ser consultada através do endereço:

<http://www.novonorte.qren.pt/pt/gca/index.php?id=1445>.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa ON.2 - O Novo Norte,



Emídio Gomes